

COMUNIDADE DE REPARAÇÃO E VIOLÊNCIA DE ESTADO NA AMAZÔNIA LEGAL: XAMBIOÁ (TO) E SÃO GERALDO DO ARAGUAIA (PA)

Thelma Pontes Borges

Universidade Federal do Norte do Tocantins - TO - Brasil

Marcela Vecchione Gonçalves

Universidade Federal do Pará - PA - Brasil

Submissão: 14.03.2023 | Aceito: 30.11.2024

RESUMO

Este artigo tem como objetivo demonstrar que as cidades de Xambioá (TO) e São Geraldo do Araguaia (PA) se configuram como Comunidades de Reparação, uma vez que, em determinado período de sua história (durante e após a ditadura civil-militar brasileira, aproximadamente entre 1968-1984), sofreram ações estatais extremamente violentas, que se conformaram como um evento extraordinário e marcaram as subjetividades das pessoas que ali vivem. Considerando os debates de Veena Das, que estabelece uma discussão acerca da possibilidade de entender o Estado a partir da margem, bem como de se verificar a materialização do sofrimento na vida cotidiana das pessoas, buscou-se, nas histórias individuais de seis atores sociais do período da Guerrilha do Araguaia e da Revolta dos Perdidos, na forma de entrevistas livres avaliadas pela ótica da análise do conteúdo, configurar o objetivo proposto. Chegou-se a três níveis da violência estatal, que se dividem em violência física e psicológica, rumor e desalento, além de três possibilidades de elaboração emocional, as quais vão do nível mais arcaico, indo até o mais simbolizável: zona de silêncio/conhecimento venenoso; reparação pelo cotidiano, pela fé e pelo segredo; e elaboração psíquica. As análises das entrevistas permitem visualizar nas histórias que o evento extraordinário marcou suas existências, suas dores continuam expostas nas formas de viver e narrar a própria vida, configurando-se como um sofrimento social, que permite constatar uma Comunidade de Reparação.

Palavras-chave: Reparação; sofrimento; Guerrilha do Araguaia; Revolta dos Perdidos

COMMUNITY OF REPARATION AND VIOLENCE OF STATE IN THE LEGAL AMAZON: XAMBIOÁ (TO) AND SÃO GERALDO DO ARAGUAIA (PA)

COMUNIDAD DE REPARACIÓN Y VIOLENCIA ESTATAL EN LA AMAZONÍA LEGAL: XAMBIOÁ (TO) Y SÃO GERALDO DO ARAGUAIA (PA)

ABSTRACT

We aim to demonstrate that the cities of Xambioá (TO) and São Geraldo do Araguaia (PA) are configured as Community of Reparation for having suffered, in a certain period of their history (during and after the Brazilian civil-military dictatorship, approximately between 1968-1984), extremely violent state actions that became an extraordinary event and marked the subjectivities of the people who live there. Considering Veena Das's debates, which establish a discussion about the possibility of understanding the State from the margins, as well as of verifying the materialization of suffering in people's daily lives, we seek in the individual stories of six social actors from the period of Guerrilha do Araguaia and Revolta dos Perdidos, in the form of free interviews evaluated from the

RESUMEN

Pretendemos demostrar que las ciudades de Xambioá (TO) y São Geraldo do Araguaia (PA) se configuran como Comunidad de Reparación por haber sufrido, en cierto período de su historia (durante y después de la dictadura cívico-militar brasileña, aproximadamente entre 1968-1984), acciones estatales extremadamente violentas que se convirtieron en un hecho extraordinario y marcaron las subjetividades de las personas que allí habitan. Considerando los debates de Veena Das, que establecen una discusión sobre la posibilidad de comprender el Estado desde los márgenes, así como de verificar la materialización del sufrimiento en el cotidiano de las personas, buscamos en los relatos individuales de seis actores sociales del período de Guerrilha do Araguaia y Revolta dos Perdidos, en

perspective of content analysis, configure the proposed objective. We arrive at three levels of state violence, which are divided into physical and psychological violence, rumor and dismay, in addition to three possibilities of emotional elaboration, which range from the most archaic level to the most symbolic: zone of silence/poisonous knowledge; reparation for daily life, for faith and for secrecy; and psychic elaboration. The analyzes of the interviews make it possible to visualize in the stories that the extraordinary event marked their lives, their pains are still exposed in the ways they live and narrate their lives, configuring themselves as a social suffering, which allows to verify a Community of Reparation.

Keywords: Repair; Suffering; Araguaia Guerrilla; Revolt of the Lost

forma de entrevistas libres evaluadas desde la perspectiva del análisis de contenido, configuran el objetivo propuesto. Llegamos a tres niveles de violencia estatal, que se dividen en violencia física y psicológica, rumor y desaliento, además de tres posibilidades de elaboración emocional, que van desde el nivel más arcaico al más simbólico: zona de silencio/saber venenoso; reparación por la vida cotidiana, por la fe y por el secreto; y elaboración psíquica. Los análisis de las entrevistas permiten visualizar en los relatos que el hecho extraordinario marcó sus vidas, sus dolores aún quedan expuestos en las formas en que viven y narran su vida, configurándose como un sufrimiento social, lo que permite constatar una Comunidad de Reparación.

Palabras clave: Reparación; Sufrimiento; Guerrillero Araguaia; Rebelión de los perdidos

1 INTRODUÇÃO

Entendemos as cidades de Xambioá (TO) e São Geraldo do Araguaia (PA), localizadas na Amazônia Legal Brasileira, como Comunidades de Reparação, por terem vivenciado, em suas respectivas histórias, momentos marcados por extrema violência de Estado, como a Guerrilha do Araguaia e a Revolta dos Perdidos, e por identificar tal característica que se pronuncia na (in)capacidade de falar sobre o assunto, que aparece não somente na busca ativa pelas histórias, mas também insiste em aparecer em encontros de outras naturezas e na descrição das cidades em suas páginas institucionais. É das narrativas individuais de seis atores que se entretecem sensações, sentimentos e interpretações do que se é no momento e do que se foi, constituindo uma unidade dentro de temporalidades múltiplas, históricas, subjetivas e sociais. Delas se extrai, mesmo com dissonâncias, uma possível leitura dessas cidades.

Comunidade de Reparação é uma leitura inspirada em contraponto à ideia de comunidade de ressentimento, proposta por Das (2007a), entendida justamente por termos – direta e indiretamente – pessoas, famílias e grupos inteiros tocados por um período que deixou marcas que continuam presentes na vida, sobre as quais pouco se pode mexer ou fazer. Há, ainda, uma impossibilidade, no campo da coletividade, de elaborar e reescrever os acontecimentos, bem como incluir a violência extrema no campo da linguagem e no fluxo da

vida, sem que hiatos permaneçam presentes. Comunidade de Ressentimento tem como oposto a total impossibilidade de trazer à baila o sofrimento, ao passo que a Comunidade de Reparação está relacionada às sucessivas táticas de inscrever em si e na coletividade as marcas do indizível.

As duas localidades foram marcadas pela violência de Estado característica do período ditatorial, incluindo perseguições, torturas físicas e psicológicas e mortes, típicas de dispositivos governamentais de gestão de populações (Das, 2004). Entendemos conceitualmente a violência como aquilo que se projeta para a subjetividade humana e a controla (Han, 2017). É por essa violência constitutiva das pessoas que viveram aquele momento que este trabalho se interessa, considerando que aquilo que ocorre nas margens da sociedade tem relação “venosa” com o Estado, permitindo cotejar aspectos que caminham do individual ao coletivo. A violência posta do contexto da ditadura não cessa de acontecer por dois motivos: primeiro, por estar marcada em cada um e na comunidade; segundo, porque os dispositivos de violência são reatualizados de formas mais sutis pela biopolítica (Das, 2004; Han, 2018).

Preocupamo-nos com a pesquisa e seus pressupostos a partir de uma ética da escuta, debatida na psicanálise e adotada por Veena Das. Fernandes e Ferreira (2015) falam de uma política do sensível, na qual a sensibilidade invade

o campo e sua tradução na escrita da pesquisa, por meio da representação das diversas camadas que subjazem o momento da coleta. Assim, aspectos do imponderável, do indizível e do sofrimento, que esclarecem uma realidade narrativa, devem ser considerados para se pensar o plano micro do ser individual e as potências que se estabelecem para o macro da localidade. É sobre a perspectiva de “narrar a partir da e na margem”, trazendo à tona memórias que reativam dores de pessoas que vivem em permanente estado de exceção, que este trabalho se debruça (Agamben, 2004).

Temos como premissa que a violência estatal típica do momento estudado (e de outros) produz dois registros distintos e interligados: uma ação no espaço público, que afeta o coletivo e produz efeitos históricos para uma sociedade como um todo; e uma ação no âmbito privado, que resulta em sofrimento, dores, histórias e silêncios pessoais pouco conhecidos (Das, 2004, 2007a; Misse et al., 2012). O trabalho apresentado busca, nas histórias privadas de atores sociais, identificar esses dois registros e demonstrar que a individualidade da dor é a marca da interligação do Estado com as margens da sociedade, sendo também a determinação do que venha a ser essa sociedade.

Para dar cabo da proposta, o trabalho de campo ocorreu a partir de um informante, morador da cidade de Xambioá, que apresentou o primeiro nome, que

indicou outro, e assim sucessivamente, estabelecendo o método de bola de neve, que, segundo Vinuto (2014), é uma forma que permite o acesso a grupos sensíveis a partir da indicação de conhecidos. Entrevistamos seis pessoas, com o objetivo de permitir que a profundidade da relação se estabelecesse e os fios da memória e da vida fossem sendo desnudados pela capacidade de narrar. Tais pessoas são personagens públicos e aparecem em relatos de pesquisas históricas e documentários sobre a Guerrilha ou sobre a luta de camponeses, no entanto, optamos por utilizar nomes fictícios¹. As entrevistas ocorreram no prazo de dois meses, no início de 2020, e foram realizadas nas moradias dos entrevistados. Foi realizada uma sessão de entrevista com cada participante, com uma média de duas horas cada. Todas tiveram áudios gravados e foram transcritas para análise.

O artigo está apresentado em três partes, cada qual conta com duas divisões, além desta Introdução. A primeira parte aborda o contexto da violência, os eventos extraordinários que afetaram as duas cidades – a Guerrilha do Araguaia e a Revolta dos Perdidos –, além de apresentar os seis atores pesquisados, entendendo que, por meio deles, conseguiremos verificar a margem e o Estado. O segundo momento faz uma reflexão teórica partindo de Veena Das: num primeiro instante, explicitando o termo violência estatal

1 A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética sob o número CAAE 33828920.1.0000.5519.

e sofrimento social; e, num segundo, tratando da Comunidade de Reparação, já ofertando algumas possíveis interpretações sobre as entrevistas. Num terceiro momento, apresentamos as análises e as relações estabelecidas entre a percepção do individual e do social por meio da análise das entrevistas, cotejando elementos interpretativos sobre a ação do Estado e sobre a ação individual diante da violência. As entrevistas foram avaliadas com base na análise de conteúdo de Bardin (2011). Finalizamos o texto com a afirmação de que eventos extraordinários, além de marcar vidas e pessoas, produzem efeitos que reverberam numa localidade, sendo representativos de um sofrimento social.

2 O ACONTECIMENTO EXTRAORDINÁRIO E OS CASOS DE XAMBIOÁ E SÃO GERALDO DO ARAGUAIA

Acontecimento extraordinário é compreendido como aquilo que extrapola o curso natural da vida e do cotidiano, enraizando-se como tentáculos em uma comunidade e alterando o cotidiano das pessoas. Individualmente, o acontecimento provoca o sujeito, alterando sua forma de ser e de narrar, de modo a constituir novas paisagens de si mesmo, atravessado pelo social.

É justamente essa visão de “eventos críticos” ou “extraordinários”, como a desapropriação dos modos de vida e o uso de violência extrema por agentes do Estado contra camponeses, o foco de interesse deste trabalho. “Eventos críticos” são definidos, conforme Carvalho (2008: 11), como situações provocadas por “excessos de brutalidade de instituições”, sejam elas de Estado ou religiões, e que, após seu acontecimento, os atores sociais aparecem modificados pela experiência.

Encontramos dois contextos que se configuram como eventos extraordinários e que marcaram as vozes presentes em nossa pesquisa: a Guerrilha do Araguaia (1967-1974) e a Revolta dos Perdidos (1976). Os dois eventos se entrelaçam nas narrativas sobre a violência, como se fossem um *continuum*, uma extensão temporal marcada por sucessivas violências. Vamos a eles.

2.1 EVENTOS EXTRAORDINÁRIOS: GUERRILHA DO ARAGUAIA E REVOLTA DOS PERDIDOS

O trabalho da Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi instituído em 2011² no intuito de investigar, identificar e esclarecer fatos conhecidos, porém pouco assumidos do período da ditadura no Brasil. O trabalho da CNV, apesar de não punir responsáveis, trouxe a possibilidade de

2 A Comissão Nacional da Verdade foi criada para investigar as diversas violações contra os direitos humanos ocorridas durante a ditadura militar. A comissão encerrou seus trabalhos em 10 de dezembro de 2014. Informações e relatórios da CNV podem ser encontrados no site: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/audi%C3%A2ncias-p%C3%B3licas.html>

voltar a debater e discutir fatos “proibidos” da memória nacional e que precisam ser reconhecidos e elaborados pela nação, pelos algozes e pelas vítimas. Entre as diversas investigações realizadas pela Comissão, em novembro de 2012, foi nomeado um grupo que tinha por objetivo apurar violações de direitos humanos, como torturas, decapitações, mortes, desaparecimentos e ocultações de cadáveres, com motivações políticas ocorridas na região do Bico do Papagaio (que abrange os estados do Tocantins, Maranhão e Pará), relacionadas ao período que ficou conhecido como Guerrilha do Araguaia.

A cidade de Xambioá, atualmente pertencente ao estado do Tocantins, era, na época, parte “esquecida” da região norte do estado de Goiás. Está situada na margem direita do Rio Araguaia, que tem à sua esquerda a cidade de São Geraldo do Araguaia (PA) (ver Mapa 1). A região ficou conhecida por protagonizar uma parte importante da história brasileira, quando integrantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), interessados em promover um movimento contra ditadura e instaurar um movimento socialista ocuparam a região. A Guerrilha do Araguaia assim se formou com a presença de alguns intelectuais e, em sua maioria, de gente simples da região amazônica brasileira, que, naquele momento, teve acesso a educação, saúde e alimentação (Guimarães, 2014).

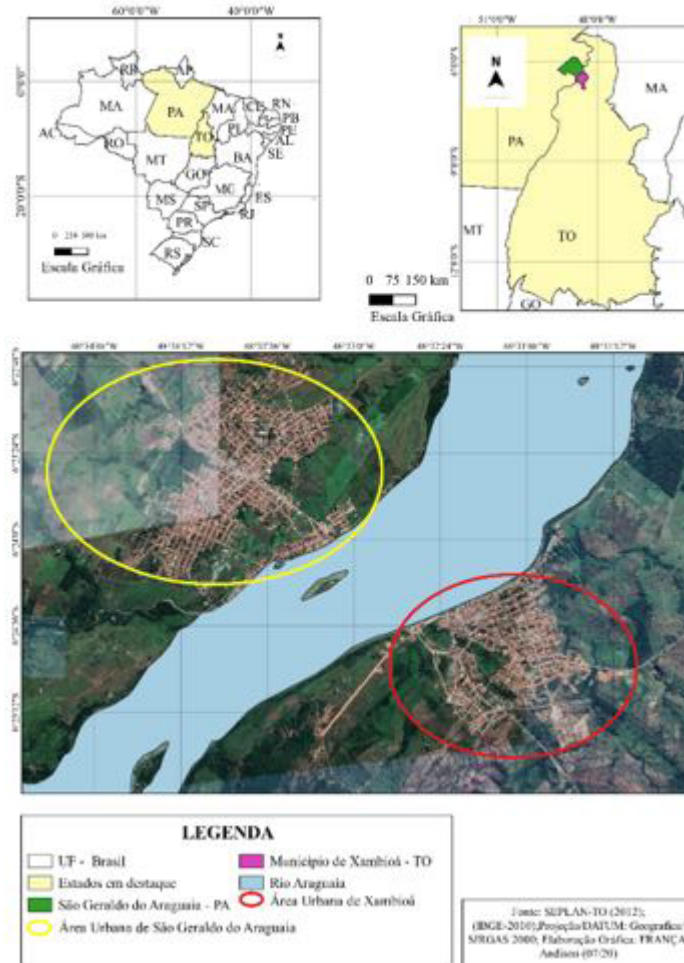
A inspiração da guerrilha veio das revoluções cubana e chinesa (Campos Filho, 2013).

A Guerrilha do Araguaia, em seu manifesto intitulado Proclamação da Unidade pela Liberdade e pelos Direitos dos Povos (ULDP; 1972), fazia uma série de considerações a respeito da luta em favor da coletividade dos povos da floresta, com o objetivo de exterminar a exploração e os benefícios de grileiros e latifundiários e defendendo acesso a direitos sociais básicos, como alimentação, terra para plantio, saúde, escola e saneamento básico.

A população local era formada predominantemente por migrantes que fugiam da seca do Nordeste e trabalhavam para grileiros em troca de poucos salários. A maioria era analfabeta e habituada ao descaso do Estado em oferecer o mínimo de subsídios para a sobrevivência (Campos Filho, 2013). É com essa população que os líderes do PCdoB consideraram adequada a promoção de um levante brasileiro. Segundo Kehl (2014: 3),

No Araguaia, camponeses sofreram torturas sem ter nenhuma ideia do que estava acontecendo. Muitos daqueles que foram presos, viviam tão isolados e sem comunicação com o resto do Brasil que sequer sabiam que o país vivia sob uma ditadura militar. Eram os anos 1970, não havia meios de comunicação e eles eram pequenos posseiros isolados no centro do Brasil. Quando os “paulistas” chegaram lá trouxeram escola para as crianças, um médico, uma parteira, um pouco de solidariedade e de informação; eram pessoas de quem eles gostavam.

Mapa 1 – Localização Xambioá/TO e São Geraldo do Araguaia/PA.
 Fonte: SEPLAN-TO (2012), IBGE (2010), Projeção/DATUM: Geográfica/SIRGAS (2000);
 Elaboração gráfica: França (2020).



O contra-ataque do governo militar foi proporcional à proposta revolucionária que, utilizando aproximadamente cinco mil homens das Forças Armadas em três operações, acabaram com qualquer possibilidade de revolta popular e alteração do *status quo*. Embora não seja o objetivo deste trabalho traçar os fatores que envolveram

essa parte da história brasileira, cabe ressaltar que, segundo Nossa (2012), houve um grave extermínio dos participantes da Guerrilha, cujas repercussões ainda afetam os moradores da região até os dias atuais.

A Revolta dos Perdidos ocorreu logo após a Guerrilha do Araguaia, por volta do ano de 1976,

sendo também conhecida como Segunda Guerrilha do Araguaia. É representativa das estratégias vivenciadas pelos camponeses ao longo da Guerrilha e do acúmulo de suas experiências tanto na luta armada quanto na defesa ideológica de direitos sociais e dos camponeses. Do outro lado, o Estado brasileiro entendia aquele espaço como um vazio que precisava ser ocupado para dar fim às ideias “exóticas” que haviam se espalhado na região (Mechi, 2012). Dessa forma, o Estado patrocinou a ocupação do território por grupos empresariais específicos e tentou eliminar qualquer aspecto que interferisse em sua “limpeza ideológica”. O Igarapé dos Perdidos, próximo à localidade de Xambioá e São Geraldo do Araguaia, era ocupado por posseiros que lá viviam e tinham suas roças, pessoas que direta ou indiretamente colaboraram com os guerrilheiros do PCdoB e que se viram diante da ação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e de um grileiro no trabalho de demarcação das terras e expulsão dos camponeses. Numa tentativa de manter suas terras, cerca de 170 homens/camponeses se uniram para uma luta armada. Apenas 36 compareceram e lutaram contra os agentes do Incra e da Polícia Federal. Na sequência, têm-se todos os camponeses presos e o uso das forças públicas na contenção (Mechi, 2012).

Os dois eventos apresentados permitem compreender como aquilo que é da ordem

social, especificamente da política, (inter)ferem(n)a subjetividade, alterando as paisagens de si mesmo (afetos e subjetividades) e constituindo novas táticas para lidar com o cotidiano.

2.2 OS ATORES SOCIAIS: A TESTEMUNHA DOS ENTREVISTADOS

Foram entrevistadas seis pessoas, três em Xambioá (TO) e três em São Geraldo do Araguaia (PA). As entrevistas foram livres, gravadas e transcritas de acordo com as normas adotadas pelo Projeto NURC/RS (Preti, 1999).

O primeiro entrevistado, Seu José, com 82 anos, recebeu-nos no quintal de sua casa em Xambioá e falou por quase duas horas. À época, tinha se casado havia pouco tempo e morava numa roça próximo à de Diná³. Conheceu-a quando sua filha, ainda bebê, precisou de auxílio e foi medicada pela guerrilheira. Os militares prenderam Seu José e o torturaram na expectativa de ele entregar onde os guerrilheiros haviam se escondido. O relato é doloroso, sendo possível sentir e perceber o sofrimento nas descrições, na capacidade de detalhar lugares e caminhos e nos pormenores da tortura. Apenas no final, relata as consequências físicas da tortura: fala de um problema respiratório crônico que dificulta sua respiração e que ele atribui

3 Dinalva Oliveira Teixeira, conhecida como Diná, foi uma das principais lideranças da Guerrilha do Araguaia. É considerada desaparecida política, uma vez que os restos mortais nunca foram encontrados, mesmo após o trabalho da Comissão da Verdade ter atuado na região. Ver: <http://memoriasdaditadura.org.br/memorial/dinalva-oliveira-teixeira/>

à quantidade de vezes em que foi torturado com a técnica de afogamento. A segunda entrevistada da pesquisa é a esposa de Seu José, que não quis falar, mas protagonizou a partir de seu silêncio, que será examinado na apresentação dos resultados.

O terceiro entrevistado, Seu João, com 82 anos, recebeu-nos na varanda de sua casa em Xambioá. Assim como Seu José, começou a narrar com riqueza de detalhes como foi preso e torturado. Relata uma depressão terrível, que atribui ao que passou no período.

Dona Olga, com 67 anos, e seu filho Pedro, com 40 anos, ofertam uma entrevista rica em detalhes tanto da luta de seu marido e pai (assassinado por questões políticas e disputa de terras na região ao final da ditadura) quanto sobre a luta pessoal dos dois como militantes de causas sociais e suas maneiras de sobreviver a toda a violência à qual a família foi exposta.

Seu Jorge, 87 anos, foi um dos líderes da Revolta dos Perdidos. Desde então, é militante, filiado ao PCdoB e, junto com Seu José, tenta organizar os camponeses na luta judicial por reparação de danos. Sua entrevista é marcada pelo sofrimento da tortura, mas, acima de tudo, por sua crença na política e em Deus.

É do lugar de pessoas comuns, como as supracitadas, que tentamos verter conhecimento sobre um tempo subjetivo e uma marca social.

3 COMUNIDADE DE REPARAÇÃO E VIOLÊNCIA DE ESTADO

Para uma leitura da Comunidade de Reparação e violência de Estado, tem-se como referencial teórico o viés fornecido pelo olhar e pelo retorno à escuta da palavra em Veena Das (1999), antropóloga indiana que dedicou boa parte de seus estudos à compreensão do que ocorre com as pessoas após uma situação de violência estatal, como foi a Partição na Índia. A autora valoriza a linguagem e o silêncio como formas de manifestação do sofrimento e do cotidiano, demonstrando como os eventos políticos ecoam no registro familiar e transparecem por meio do sofrimento diário. É do pressuposto da noção de comunidade de ressentimento que instalamos a de Comunidade de Reparação, considerando que nossos entrevistados têm mais condições de se reafirmar pela palavra e pelas inúmeras possibilidades de narrar suas histórias, colocando a dor no fluxo do reconhecimento.

Dividiremos esta parte em dois momentos: no primeiro, falaremos sobre violência estatal e sofrimento social; e, no segundo, sobre Comunidade de Reparação e descida ao cotidiano.

3.1 VIOLÊNCIA ESTATAL E SOFRIMENTO SOCIAL

Parece consenso na literatura (Peixoto, 2011; Guimarães, 2014; Mechi, 2012; Campos Filho, 2013)

que houve crimes e violências instaladas pelo Estado na região do Bico do Papagaio, especificamente em Xambioá e São Geraldo do Araguaia. Peixoto (2011) oferece uma reflexão que vai além das ações durante os eventos extraordinários, abordando uma “guerra” instalada durante décadas após a Guerrilha, na tentativa de fazer calar o espírito revolucionário na região, por meio de ações de repressão e controle político intenso.

Cabe buscar um conceito de violência, considerando que esta se manifesta de forma fluída: ora se apresenta como autorizada, ora se mostra por meio da resistência a ações do Estado. O conceito é revestido de muitas camadas: a do consentimento – como definir se algo consentido é violento ou não –; a epistêmica – quem tem o direito de definir se algo é ou não violento –; a experiência em si – é violência ou uma forma de constituir novos feixes de vida –; e a estética – que versa sobre as possibilidades de definir como expressar um evento (Misse et al., 2012).

Isto posto, além de fluído, o termo é repleto de complexidades variadas. A violência promovida pelas agências de Estado e a reação a ela criam uma nebulosidade sobre a origem do problema. Talvez, a melhor definição seja dada pela ideia de que o sujeito é formado pela violência que o compõe. Destarte, a violência originária é aquela que se espalha pela alma humana e não pode ser posta

para longe do ser, conforme esclarece Das (2011: 15): “transações complexas entre a violência como momento originário e a violência que se infiltra nas relações correntes e se torna uma espécie de atmosfera que não pode ser expelida para ‘fora’”.

Nas tramas das violências, percebem-se níveis de linguagem que podem funcionar como agentes de autorização da barbárie, sendo adotada como dispositivo de poder e controle (Foucault, 2000). Das (2007b) descreve em seu trabalho o rumor como parte desse processo, pois é possível fazer crer que alguém mereceu aquele nível de violência dispensado. Tal situação é verificada em sua obra quando os rumores na Índia fizeram que os Sikh fossem considerados desprovidos de subjetividade humana, autorizando os hindus a utilizar violência; ou, podemos reinterpretar, quando se considerou que os negros não tinham alma e, por isso, poderiam ser escravizados, ou que alguém merece morrer porque furtou algo.

O rumor consegue estabelecer a impessoalidade e a desumanidade do outro, facilitando a liberação de possíveis ataques. É o impessoal se estabilizando na vida social e cotidiana, provocando o acinzentamento entre vítimas e agressores, de modo a fazer que os papéis possam ora se encontrar, ora se inverter no processo. A percepção da realidade fica anuviada pelos rumores, criando um “campo de força” que arrasta pessoas comuns

para atos impensados em outras circunstâncias (Das, 2007b). Nesse sentido, Pereira (2010: 363) argumenta que “A força perlocucionária do rumor mostra a fragilidade do mundo, e como as imagens de desconfiança, que podem ser apenas virtuais, tomam uma forma volátil, e a ordem social se vê ameaçada por um acontecimento crítico”. Veremos mais adiante o rumor como um dispositivo do exército para controlar a força política de D. Olga.

A violência imposta por agentes de Estado, como nos casos estudados aqui, produz um sofrimento que se manifesta no corpo, na vulnerabilidade física e emocional e nos afetos. No entanto, esses efeitos devem ser compreendidos como sofrimento social, como apontado por Kleinman et al. (1997) e Carvalho (2008) ao indicar que tais sofrimentos não podem ser compreendidos como resultado de questões médicas e/ou psicológicas, sob o risco de individualizar o problema; contrariamente, é necessário vinculá-los aos evidentes fatores sociopolíticos. Kehl explicita a dificuldade em se falar em sintoma social ou inconsciente social, mas demonstra uma afinidade pela ideia, afirmando que “se manifesta por meio de práticas e discursos que se automatizam, independente das estruturas psíquicas singulares de cada um de seus agentes” (Kehl, 2010: 124). Weintraub e Vasconcelos (2013) também apontam que o

antropólogo Didier Fassin estabelece vasta crítica à individualização do sofrimento e do trauma como forma de contenção de um problema social mais amplo e complexo.

Tal sofrimento social é identificado nas representações da linguagem cotidiana e naquilo que ela falha em expressar, tanto em personagens que são atingidos diretamente por “eventos críticos” como por aqueles que, indiretamente, recebem os fluxos da história e do imaginário de tais situações. Considerar o sofrimento como social, apesar de se manifestar no cotidiano individual das pessoas, é uma tentativa de construir a noção de como eventos críticos produzem efeitos individuais e marcam uma comunidade, ou até mesmo uma nação (Das, 2007b).

A compreensão sobre o evento crítico possibilita escutar aquilo que é dito para além da consciência, em busca de um sujeito que não se reduz a patologias orgânicas, ofertando em sua própria história de vida aquilo que anima os fatos mentais. A gênese social da personalidade norteia a compreensão do que se é hoje, da subjetividade e até de suas patologias, segundo Safatle (2018: 21): “Forma-se a personalidade através da socialização do indivíduo no interior de núcleos de interação como a família, as instituições sociais, o Estado”. Assim, a compreensão do sujeito depende de sua história vivida e da inter-relação entre o orgânico, o mental e o social.

Safatle (2018) afirma que o sofrimento é uma condição política determinada por um tempo sócio-histórico que diz como os sujeitos serão marcados e redefinidos, defendendo que a superação disso não passa necessariamente por uma melhor adaptação. Em termos subjetivos, qualquer saída é uma alternativa, mesmo que não se adeque aos aspectos esperados pela sociedade. Sendo assim, o sofrimento é produtor de alteridade, e é justamente o que nos singulariza. Quando produzido sobre uma população, pode criar a comunidade do ressentimento ou da reparação. As sucessivas violências decorrentes de aspectos sociais podem provocar o que Rosa (2016) chama de efeitos de dessubjetivação, que é a impossibilidade de transmitir, pela narração sua história. Não é o problema em si ou sua gravidade que provoca tal efeito, mas o impedimento de produzir elaborações psíquicas, sendo necessário “despotencializar a violência para retornar o lugar do sujeito na cena” (Rosa, 2016: 70).

Das (1999) afirma que existem coisas que são impossíveis de serem ditas nas formas de vida, assim como há formas de vida que são inaceitáveis como tal, sofrimentos incommunicáveis, como se a profanação do corpo não pudesse ser simbolizada nem entrar na linha da reinscrição da memória, produzindo uma falta de linguagem ou uma linguagem distanciada da situação. Cotidiano e linguagem estão colados e são fotografias de

tempos que se reatualizam. Assim, é contada a violência que, por demasia de brutalidade, não pode aparecer pelas palavras, mas se revela pela via do cotidiano. Não é resistência no sentido reivindicatório de direitos, mas existência possível ante a vulnerabilidade produzida por tanta violência.

Para Das (1999: 32), os “grandes eventos políticos ecoavam no registro familiar por meio de um enfrentamento repetido com o que chamei de ‘conhecimento venenoso’”. Este último conceito surge de uma metáfora: a mulher que bebe o veneno e o guarda dentro de si. Apesar de não falar sobre a dor, exprime-a em cada ato cotidiano e em cada ação, fazendo eclodir o sofrimento. O ser comum, embebedado de sua dor, apenas repete e faz do hábito cotidiano sua forma de manifestação e de resistência. A descida ao cotidiano é a própria cura da dor, que se realiza em doses homeopáticas ao longo da vida e do hábito de diluir o impalpável à vida.

3.2 COMUNIDADE DE REPARAÇÃO E O COTIDIANO

A ideia de Comunidade de Reparação é adotada neste trabalho a partir da premissa de que existe uma tentativa permanente dos atores, vítimas de violência de Estado, de elaborar psiquicamente suas dores, inscrever-se no fluxo da história e lutar, por meio de reconhecimentos jurídicos, pela existência de seus enredos. No entanto, como não são auxiliados por uma política de Estado focada

na reparação que garanta os níveis de memória individual, coletiva e histórica, com suas recepções de reconhecimento e legitimação, essa noção flerta permanentemente com a de comunidade de ressentimento.

A comunidade de ressentimento é o resultado de uma interpretação possível de pessoas que tiveram ou têm suas vozes tolhidas pelas releituras feitas pelos “vencedores”, que afirmam que o controle era necessário para proteger o povo e salvar a nação. A cada vez que se diz que não houve ditadura ou que a tortura era para um bem maior, como acabar com os comunistas, novas violências se reatualizam nas mãos de quem tem poder de ditar/propagar as narrativas da história, constituindo um biopoder fundamentado na biopolítica e no controle dos perigos que nascem do próprio corpo e do próprio Estado (Foucault, 1984). A eficácia da biopolítica encontra-se no fato de o dispositivo de controle e até extermínio não se encontrar somente nas mãos do Estado, mas em todo um corpo social. É visível também em colaboradores do exército na caça aos guerrilheiros.

O Estado é violador e transgressor de direitos sociais. A repercussão disso na subjetividade humana é possível de se verificar por meio de um trabalho minucioso de escuta das narrativas sobre

como um evento extraordinário altera o ordinário e gera níveis diversos de violência. Verificar como a violência se insere no cotidiano e interfere na vida das pessoas, formando uma “Comunidade de Reparação”, elucida como a política de afetos constitui novas sociabilidades que não se assentam nas paralisias do trauma, mas, sim, na reinvenção do cotidiano. O ressentimento, mais como reinvenção no cotidiano do que como trauma paralisante, converte-se em tentativas de reparação de si e da história (Fernandes & Ferreira, 2015).

As comunidades de Xambioá e São Geraldo do Araguaia foram obrigadas a se reestruturar em outras localidades físicas e/ou subjetivas. Esse processo gerou crimes contra a humanidade⁴, com o grau devastador da violência (re)atualizado com novas formas simbólicas sucessivas. O acontecimento é revivido e representado nos diversos grupos sociais de formas múltiplas e versões abundantes na memória social de uma comunidade, podendo ser silenciado, mas não apagado. Assim, ao analisarmos as narrativas de vítimas diretas de violências, trabalhamos com a ideia de que esse contingente marca uma comunidade, uma história, um imaginário social, produzindo falas, segredos e silêncios, ainda mais

4 O Estado brasileiro foi condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos pelo desaparecimento de pessoas e pela não punição dos casos (Peixoto, 2011).

porque toda a região do Araguaia foi ocupada pelo exército e sofreu as consequências da luta armada.

A interligação entre os problemas sociais e políticos e o sofrimento individual deve ser elucidada na relação umbilical entre o Estado e o ser comum que vive à margem, evidenciando um papel mais intenso e, em muitos casos, aniquilador do primeiro, de modo a diminuir a ideia de que populações excluídas vivem à margem do Estado, conforme Misse et al. (2012: 337): “A margem é o lugar a partir do qual [é possível] entender o Estado”, e é também o lugar de reconfiguração do Estado – pois, dizem, “as margens não são inertes”. Existem “vasos comunicantes” entre o Estado e a margem que o remodelam.

É interessante destacar, também, que as proposições postas colocam o “evento” ou “acontecimento” como algo que se reatualiza no presente, por meio da vida cotidiana das pessoas comuns. Dessa forma, aquilo que se considera um fato histórico, como a Guerrilha do Araguaia ou a Revolta dos Perdidos, não fica circunscrito a um tempo histórico, mas a uma temporalidade subjetiva marcada pela dor que insiste em se fazer presente. O hábito do ordinário é estabelecido, sobretudo, pelo trabalho do tempo que pode repetir demasiadamente ou pode reinscrever-se, reescrever-se ou revisar memórias de violência, produzindo novos afetos e relações cotidianas. Por

não cessar e por constituir uma localidade, falamos de uma Comunidade de Reparação. Testemunhar suas histórias de dor, para cientistas sociais, é operar no seio da sociedade novas interpretações. É forçar o reconhecimento, mesmo sem haver uma política para tanto, produzindo a fórceps a reparação.

4 SOFRIMENTO SOCIAL: NÍVEIS DE VIOLÊNCIA ESTATAL E ELABORAÇÃO INDIVIDUAL

O sofrimento individual de cada um dos atores entrevistados revela o sofrimento social de um grupo e sua luta por reconhecimento, caracterizando o que definimos como Comunidade de Reparação. O sofrimento social é resultado de uma violência que, para Foucault (2000), partiu de um poder soberano de definir quem vive e quem morre para um de controle das forças, por meio de dispositivos eficazes, como é o biopoder. Nesta seção, apresentamos o Estado e sua margem com base nas análises das entrevistas que ocorreram seguindo os preceitos de Bardin (2011); essa autora propõe que a constituição de categorias deve ocorrer a partir de uma avaliação minuciosa do material a fim de constituir categorias conceituais em função da recorrência, ou seja, elaborar categorias em função das temáticas que mais aparecem nas entrevistas e de suas interdependências. Assim, constituímos a seguinte interpretação:

Quadro 1 – Níveis de violência estatal e elaboração individual

Nível 1	Subnível	Descrição
Violência de Estado	Violência psicológica e física	Controle dos corpos pela via da submissão física e emocional
	Rumor	Controle pela narrativa e disseminação de discurso que desabilita o outro em sua essência
	Desalento	Controle pelo abandono socioeconômico e submissão ao “patrão”
Elaboração psíquica	Zona de silêncio/conhecimento venenoso	Impossibilidade de narrar a própria dor
	Reparação pelo cotidiano, pela fé e pelo segredo	Existe a narrativa, mas ainda sem muita simbolização sobre o ocorrido. Há o apego à fé e à possibilidade de contar em segredo a dor
	Simbolização psíquica	É a elaboração emocional da dor e a sua inclusão no curso da linguagem e da vida

Fonte: elaborado pelas autoras.

4.1 O ESTADO A PARTIR DA NARRATIVA DA MARGEM

Conforme o Quadro 1, na categoria “Violência de Estado”, identificamos três subníveis, os quais se configuram em escalas de violência que vão das mais abertas (tortura, por exemplo) às mais sutis (abandono social), estabelecendo controles sobre os corpos. Começamos com alguns exemplos narrativos da primeira subcategoria, “Violência psicológica”:

eles (falaram) isso pra gente... se a gente sai ou eles militar atirava na gente ou guerrilheiros...? ...aí ficamos lá preso dentro de casa... sem poder fazer nada...aí eles chegaram um dia... dois equipe... de soldado... disse “óia o senhor vai sair daqui e vá pro meio

onde tem mais gente porque se você ficar aqui... porque hoje ou amanhã a gente vai fazer um bombardeio... vão bombardear essa área de chão aqui... se você tiver aqui você morre... tava já na mão deles... aí fiquei... e aí vai... e a muié chegando o dia de ganhar... e eu sem nada dentro de casa... sem nada... com uma meninazinha de um ano e meio... e eu sem nada dentro de casa pra cumer... tinha dia que eu amanhecia o dia só com a água do pote – do córrego que nem do pote nós tinha pote... (Seu José).

A violência psicológica também foi utilizada após o evento como forma de controle absoluto sobre os corpos. Os moradores da cidade foram proibidos de contar o que havia acontecido ali. Foram impedidos de elaborar a própria dor pela impossibilidade de narrar seu sofrimento. Seu José

relatou, durante a entrevista, que só voltou a tocar no assunto recentemente, por volta do ano de 2003, por causa do movimento para indenizar as vítimas da ditadura, e narrou o que havia dito ao filho:

... porque esse que veio agora foi só o pente grosso... e quando vier... é o pente fino... vai arrastar pai... vai arrastar mãe... vai arrastar filho... vai arrastar o que tiver pela frente... e zíper na boca... e pronto... aí nós ficamos sem aquela liberdade de conversar... aquela palavra ficou presa... nunca conversei nem 'covercemo'... (seu José)

A expressão “zíper na boca” é muito clara da ordem dada: ou se fica quieto ou mais pessoas passarão pelo mesmo sofrimento:

e meu filho que é o mais velho... que é esse que é o recém-nascido do dia que eu fui preso... ((inaudível) “e pai... isso aconteceu com o senhor?” ... “aconteceu...” “e como que o senhor nunca me falou?” ... “não ... eu não tinha permissão de contar ela... agora vocês tão sabendo...” aí foi quando ele veio saber...” ele percurou pra mim... “pai, por que aconteceu isso tudo com você e você nunca me disse? aconteceu isso com você?” “aconteceu, meu (filho)”... “por que que o senhor não disse?”... “porque eu (não podia)... que eu tinha... é uma permissão que eu tinha de não abrir a boca e dizer pra ninguém... porque não queria vocês em sofrimento... (as primeiras palavras que viessem) aí ia eu... ia você... ia mulher, ia tudo... não queria isso pra você então (fiquei calado)... (Seu José).

Não narrar, não contar era uma ordem e deveria ser obedecida, sob pena de gerar mais sofrimento. Permanecer calado é sofrer sozinho, é cravar na alma as marcas do ocorrido, garantindo somente

na vida cotidiana a representação do que se é (Das, 2007). A eficiência da violência física também é resultado do controle soberano adquirido pela violência física anterior:

... amarraram os pés aqui em baixo... os braços pra trás aqui... em cima de um formigueiro de fogo... tava... de formiga... aí espalharam aquela formiga... a formiga tomou de conta do meu corpo... o sol quente que tava tinindo... eu morrendo de uma sede... e quietinho ali... todo ardido de formiga e de pancada que eles me davam... (Seu José).

tem lá sufoco maior do que a pessoa dependurada aguentado choque elétrico e revólver na boca... no ouvido... ave maria... não tem sufoco maior... a gente pede a Deus morte... eles pegaram minhas mãos... botaram uma aqui e outra aqui quando acabar amarraram com uma tira... quando acabar meteram um pau bem aqui... me suspenderam e me dependuraram lá... () pau de arara... o lugar mais ruim de se botar uma pessoa... antes ‘cê’ tirar a vida logo... (Seu João).

nós nenhum baleado e nenhum morto... mas em compensação... a repressão muito dura... nós não tinha como resistir... né? e aí nós fomo preso...mas na época que teve o fogo mesmo chegava polícia de todo lado e pegava até a pessoa que tava pescando na beira do rio e batia... torturava mesmo... quem pegava era batendo e torturando mesmo... e também usando as mulheres dos companheiros... né? aquele mais tristeza do mundo... (Seu Jorge).

É justamente pela brutalidade e pela desumanidade infligida ao outro num primeiro momento que foi possível migrar para o controle do silêncio. Trata-se, de acordo com Das (2007b:

108), de sucessivas “edições inacabadas” de um “conhecimento venenoso” que foram e são incorporadas à vida e podem ser captadas pelo trabalho do cientista, elucidando novas frentes de leitura sobre essas populações.

A violência extrema pode adotar formas sutis e subcutâneas, emergindo na forma de *rumor*, como pronunciado por Das (2007b), ou na violência da linguagem, como proposto por Han (2017: 9): “ela é di-famante, des-credenciadora, de-gradante ou des-abonante”. Vemos alguns exemplos desse tipo de violência quando o exército constrói a ideia de que os comunistas são perigosos, mesmo que sejam religiosos, como os padres, ou quando tenta desabilitar D. Olga, espalhando “rumores” sobre sua índole ou moral:

... São terrorista vieram pra acabar com a vida de vocês... mas nós chegemos pra defender a vida de vocês e tal... e vocês num saí agora de casa eles vão acabar com a vida de vocês agora”... aí (fizeram) nós ficar com medo... ninguém conhecia, ninguém sabia de nada... nem falar nessa história ninguém devia falar (Seu José).

com palavras... eles diziam que eu tinha mandado matar meu marido... pra ficar morando mais os padres... porque a minha casa era do lado... eles fizeram uma casa... e eu fiquei morando com meus filhos... eles diziam que eu era (amasiada) com um padre... aí eles fizeram uma montagem... dizendo/ eles jogaram em toda a região ali de São Geraldo... eles jogaram de avião... dizendo que eu tava na praia de Copacabana com os padres... gastando o dinheiro dos pobres... eles roubaram

a foto e fizeram essa montagem. São Geraldo eles jogaram... Xambioá eles jogaram... na zona rural onde tinha comunidade eles jogavam... pois é... eu me senti assim... fracassada... (D. Olga).

... nós sempre brincamos juntos... eu e os meus irmãos... ninguém queria brincar com quem era comunista... quando a gente era menino... eu fui compreender isso depois... (Pedro, filho de D. Olga)

padre estrangeiro não é padre... é a fala do: do Curió... “padre estrangeiro não é padre... eles são comunista”... (Pedro, filho de D. Olga).

Vemos, ainda, na fala de Pedro, como a questão de ser comunista marca sua identidade desde criança, ao perceber que as demais crianças não se aproximavam dele e dos irmãos por serem filhos de família comunista, ou na vida adulta, como veremos nos próximos fragmentos, por ser candidato pelo PCdoB:

tanto é que todo mundo entregou todo mundo... porque... até... hoje se tu falar comunista... Deus me livre ... é uma palavrona tamanho do mundo...eu fui candidato a prefeito aqui... uma mulherzinha... chegou... eu não vou votar em tu não... tu é comunista (Pedro).

O rumor sobre o comunismo é reverberado e, podemos dizer, reatualizado nos últimos tempos em nosso país com as discussões políticas estabelecidas entre direita e esquerda, sendo possível verificar que a violência iniciada há muito ainda tem efeitos

na atualidade. Han (2017), em sua topologia da violência, apresenta um caminhar que parte daquela típica da sociedade soberana, em que a violência é exposta e pública. A violência torna-se mais sutil na sociedade disciplinar e de controle, com os rumores atuando nesse processo. Chega-se à sociedade do desempenho, em que cada qual acredita que é responsável por si mesmo.

Após a Guerrilha, a forma de violência estabelecida ocorre pelo que chamamos de *desalento*, com a entrega das pessoas à própria sorte. Todos foram desabrigados de suas terras, suas plantações foram queimadas, e suas criações, mortas. A vida tinha de continuar, mas sem nada, sem recursos para sobreviver e cuidar da família:

nas fazendas... e ela... a vaguinha que tinha também... ia quebrar coco pra fazer azeite... pra fazer uma coisa... quatro/ três anos sem roça... passando fome... perdi uma terra... porque a terra lá... em outubro... eles me soltaram em novembro... quando deu em janeiro em diante entrou o Incra cortando e dando vinte dois alqueires pra cada pessoa... eu perdi... (Seu João)

Tanto seu João como seu José passam a viver explorados por “patrões”, que de outra forma continuam a violá-los em sua dignidade. Ambos passam a trabalhar em troca da comida para si e suas famílias. Para quem perdeu o controle do corpo durante as longas sessões de tortura, então se vê perdendo o controle de si, uma vez que se

torna propriedade do outro e sujeito aos desígnios de quem o domina. Seu Jorge migrou em busca de diminuir o sofrimento social e o desalento, fugindo das dificuldades com a família em Gurupi (TO) aos 12 anos de idade, por volta de 1960, indo para a região do Igarapé dos Perdidos, por causa da fama do local com a extração do garimpo de cristais, da retirada de mogno e da notícia de terras fartas de floresta. No entanto, viu-se outra vez completamente desprovido diante das novas táticas de domínio do Estado:

... aí depois eles foram comprando de pouquinho... sabe como é que é a tática deles... né? aí vai comprando... vai comprando... por último ficou um que ele veio morrer no ano passado... de doença mesmo... mas ele ficou cercado pela fazenda Alvorada e vendeu... (D. Olga)

Apesar da derrota na luta armada na Revolta dos Perdidos, aqueles que sobreviveram ficaram com suas posses. Nesse último trecho, D. Olga elucida que as táticas se aprimoraram e nenhum dos camponeses mais permanece na terra.

Os seres humanos encontram formas sociais, econômicas e psíquicas de enfrentar as dores pessoais. Os dispositivos políticos de controle e extermínio de ideais coletivos foram utilizados em larga escala, constituindo violência coletiva com repercussões individuais, comunitárias e para a nação.

4.2 A ELABORAÇÃO NAS MARGENS DO ESTADO

Descrevemos três possibilidades de elaboração, que vão do subnível mais arcaico ao mais simbolizável: zona de silêncio/conhecimento venenoso; reparação pelo cotidiano, pela fé e pelo segredo; e elaboração psíquica.

A *Zona de silêncio/Conhecimento venenoso* é aquela em que ocorre a impossibilidade da palavra. Existe o reconhecimento do sofrimento, mas não é possível lidar com ele de forma direta. Não se configura na clássica experiência traumática freudiana, pois existe a percepção da causa do problema. No entanto, há rupturas e hiatos entre o acontecimento e a vida atual. O tempo da narração – da testemunha – permite reconstruir os laços e se refazer, tornando-se novamente sujeito. Com tal elaboração, não é possível buscar a organização da vida na lida diária. Organizar o cotidiano, retomar a plantação e criar os filhos são formas de organizar a devastação e, pelo cotidiano, estabelecer a reparação subjetiva do ocorrido.

Destaca-se uma mulher pessoalmente envolvida e vítima direta da violência da tortura aplicada durante a Guerrilha que, por ter o marido levado pelos militares, teve de se virar sozinha no dia em que deu à luz seu filho e se alimentar durante meses, isolada numa casinha perdida numa propriedade rural vigiada pelas forças de coerção. Durante quase duas horas, ficou sentada

escondida, do lado de dentro da casa, debaixo de uma janela, escutando seu marido nos contar pelo que passou naquele período. Só soubemos de sua presença no final, quando mencionamos a vontade de conhecer a esposa de nosso informante. Foi então que ela apareceu e disse que não tinha nada a dizer, nada a contar. Insistimos no diálogo, afirmando nosso interesse em conhecê-la. Ela fala que talvez em outro momento e nos oferece seu número de celular, o que permite marcarmos mais dois outros momentos para conversarmos. Porém, em todos eles ainda por mensagem, ela deixa claro que não falará. Seu marido nos diz sobre ela:

ela não gosta de contar essa história não... ela foi uma pessoa que sofreu muito e eu também... ela foi uma pessoa torturada também... já basta o que ela já passou... aquele sofrimento que ela passou quando ela ganhou... ela ganhou numa situação muito (feia)... sem nada... e passou muitos dia... ela sofreu muito... sofreu bastante... da muié que nem dá de mamar num podia porque num tinha nem o que comer...

Essa mulher demonstra seu envolvimento afetivo com a história ao permanecer tempo suficiente, sem se entregar, durante a entrevista de seu marido. Porém, não se sente autorizada a falar; não se autoriza a narrar sua dor. Permanece paralisada em seu trauma; que se move apenas pelas palavras de seu marido sobre o evento.

O restabelecimento da sociabilidade após rupturas de violência e a impossibilidade de

quebrar o silêncio, permanecendo imersa no conhecimento venenoso, fazem que a esposa de nosso entrevistado não fale, mas permaneça e escute a mesma história atrás da janela; não fala, mas oferece o número do celular para manter contato; não fala com palavras, mas diz de seu sofrimento na interlocução do fazer. Das (1999) argumenta que a impossibilidade de falar não é impossibilidade de mostrar, o que possivelmente traduz as atitudes dessa senhora. São como “slides congelados” da narrativa.

Outro nível é o da *Reparação pelo cotidiano, pela fé e pelo segredo* – não é porque se fala que se elabora. Há uma distância entre falar, ter voz e ser ouvida. Para a psicanálise, falar é caminho para elaboração. Porém, no caso aqui analisado, parece que, apesar de se narrar, ainda não é possível elaborar, faltando unir memória e ser. Uma dissonância entre memória, narrativa e sentimentos se estabelece, em uma tentativa infundável de cicatrizar as dores da ferida aberta. Os atores não se aproximam totalmente da situação, escapando, como se precisassem fugir da dor; o cotidiano permite encontrar com a vida, conforme argumenta Agamben (2008: 63): “Simplesmente, relata e descreve numa voz justamente implacável, porque neutra”. Percebemos um distanciamento na capacidade de relatar com requintes de detalhes o dia em que Seu José retorna à sua casa para

buscar alimentos que deixou para trás quando foi obrigado a sair de sua propriedade pelos militares:

... e a estrada era boa pra chegar na roça... a estrada era limpa porque eu já tinha arrancado aquela mandioca de lá da estrada... já tinha arrancado aquela mandioca para enlarguecer... tinha tirado, tava bem limpinha a estrada... se enxergava a casa assim num negócio de cinquenta, sessenta metro... tudo limpim... aí enxerguei os (taio)... a casa aqui... e fiquei em pé... a lua bonita e fiquei em pé... na beira da roça... pensando de ir e pensando em num ir... mas eu digo “a fome tava obrigando eu vou... nem que eu morra, mas eu vou buscar agora”... aí desci, quando cheguei lá entrei... fiquei em pé na beira da barraca... tudo quieto... aí eu fui no (taio) de arroz... eles já tinha desmanchado o (taio) de arroz... cortado as embiras da parede... já tinha derramado... tava só um pouco... os outros tava tudo derramado no chão... de arroz... e já tinha (taio) de farinha... aí eu fui subi no (taio)... puxei pra aquele saco... bem socado aquele arroz... com casca e cacho... e panhei um bocado de fava de lá embaixo e joguei tudo por cima... fui lá no pote de farinha panhei um pouco de farinha que ainda tinha... um cantinho assim que ainda tinha um negócio com duas lata de farinha... joguei a sujeira que tinha em cima... e peguei aquela farinha de baixo... levei pra comer lá em casa... peguei um frango... ainda tinha muito frango lá... mas já tinha matado muito frango... tinha acabado com tudo... bicho sei lá... bom... aí peguei um frango matei... puxei o pescoço dele matei, botei no saco e fui embora...” (Seu José).

Conta para a esposa seu sofrimento apenas em segredo, contei... no silêncio pra ela, mas também ficou abafado... ela não contava pra ninguém também não... eu contei tudo o que aconteceu comigo lá... pra ela... muita tristeza com o que aconteceu comigo e com meu povo... não só pra mim... pra todas pessoas... todos aqueles que

foi torturado... deixou tudo... a gente dá conta da história Deus (levanta)... porque a gente confia nele... porque se não... (Seu José).

... eu já dei derrame... eu dei depressão mais alta do mundo... eu me queixo... de ter sido dependurado... aquilo... mas antes dias eu não tinha não... bebia cachaça como o diabo... corria... jogava bola... não sentia nada... (Seu João).

Verificamos na fala de Seu José detalhes do caminho até suas terras e como estava o ambiente devastado pelos militares, bem como que apanhou os alimentos para levar embora. Durante sua narração, temos a sensação de que ele enxerga as cenas como se assistisse a um filme, demonstrando um distanciamento da própria situação vivida. Além disso, ele fala da impossibilidade de contar pelo que passou nas mãos dos militares, contando apenas em segredo à esposa, que, por sua vez, também não pode narrar a ninguém. Seu João apresenta outras dificuldades, como o uso de bebida e a depressão, despersonalização que vem das incorrências da violência e também das impossibilidades de elas serem reparadas publicamente.

Um último nível percebido é o da *Simbolização Psíquica*, que se configura justamente por conseguir incluir a dor do evento extraordinário no fluxo da vida, demonstrando reelaboração e atribuindo sentido às novas experiências. Vemos isso em Seu Jorge, que tomou partido e compreende que os assim chamados terroristas eram humanos e cuidavam

das pessoas. A todo momento, ao se referir aos guerrilheiros como terroristas, ele faz questão de relativizar e dizer que o exército é que dizia isso, demarcando discordância. Os guerrilheiros que chegaram em 1968 à região eram formados e auxiliavam as pessoas com seu conhecimento, oferecendo serviços. Segundo Seu Jorge, como também citam Pedro, D. Olga e Seu José, os guerrilheiros ajudavam o povo e, durante algum tempo, ofertaram aquilo que era ausente no Estado:

eles nunca falaram em negócio de Guerrilha... e era tudo gente formada... né? quando nós adoecia... ia pra lá... eles atendia... tanto fazia ter dinheiro como não ter... eles tinham remédio próprio... e tratava do pessoal... se a pessoa tivesse dinheiro... bem... se não tivesse... levava uma dúzia de ovos... uma galinha... e eles ficavam satisfeitos...eles foram... humano... todo o tempo... por nós trabalhador... na região os camponês... nós demos graças a Deus... Deus no céu e eles que veio e deu assistência... mas era umas pessoas assim... muito... dedicada... assim... umas pessoas que não era... que humilhava ninguém... tratava a gente muito bem... (Seu Jorge).

Além disso, pelo convívio e pelo sentido que dava à ação da Guerrilha, Seu Jorge compreendia que a tentativa do exército de retirar suas propriedades por iniciativa do Incra e da Fundação Brasil Central era incorreta, pois ele tinha direitos sobre a terra. Decidiu unir as experiências adquiridas com os chamados “terroristas” e lutar contra o exército:

isso aí não tá certo... porque nós já morava um tempo... né? dez... vinte anos... né? e pra nós sair da terra... nós/ não dá certo... aí esse gerente mandava dizer que nós tinha que sair da terra... que a terra tinha dono... olha... entrou um bocado de polícia... com caixa de bala... vinha trazendo caixa de bala lá pra Boa vista... e pode preparar que o negócio vai engrossar mesmo... é o jeito... porque nós não vamos deixar nossos filhos chorar de fome... e nós tem que se organizar... a união que traz a força... nós unido... nós vamo enfrentar... pois é... então nós vamo enfrentar..." aí juntou mais uns duzentos homens... e aí... (Seu Jorge).

A elaboração ocorre não só pela forma de compreender o problema, mas, também, pela capacidade de elaborar o nível de ação, o tamanho do inimigo e a falta de opção na luta:

... naquela época não tinha justiça... né? porque a ditadura... né? não tinha pra quem dar parte... nós enxerguemos que nós não tinha... os homens das leis não protegia nós... né? e a ditadura começa lá em cima... no presidente... desce pro governo do estado e desce pros municípios... (Seu Jorge).

porque a justiça depois que eles se vende pros grandes e poderosos... eles não quer saber de pequeno não... né? e aí nós unimos... né? em bem de nossos filhos... de nosso povo... pra comer... o pão de cada dia... não é por causa de dinheiro que nós mirava... dinheiro e mais dinheiro... não... era só o pão de cada dia... pra nós ter o lugar... o sossego de nós viver... né? não era grandes terras... era só um... respeitando o direito de cada um... pouquinho... que tem... né? ... minha parte... eu não quero que a ditadura volte no Brasil mais... né? eu não quero... porque... nós vemos muitos companheiro acabar... nós achamos... só quem defendia nós era os padres... daquela época... que foi

também preso os padres mais nós... as pessoas da nossa classe trabalhadora... que não deseja fazer mal a ninguém... nós não era bandido... nós defende... nós defende o pão de cada dia... pra nós viver... nós e alguém/ um amigo que chegar... nossas famílias... nosso filhos... pra não morrer de fome... (Seu Jorge).

Seu Jorge, que participou da luta armada na Revolta dos Perdidos em defesa de suas terras (uma resistência materializada), apesar de torturas reiteradas no corpo e na alma, teve forças para continuar como resistência à mesma biopolítica. Seu João de Deus, com tanto sofrimento visível, consegue acreditar em Deus e na capacidade da política de alterar as vias do mundo. Luta desde há muito tempo pelo PCdoB, não numa perspectiva comunista, mas, como diz outro entrevistado citando Seu Jorge, numa vertente humanista. São duas formas de resistir (pela força e pelo afeto), duas formas de se animar (pela guerra e pela crença), duas formas de existir na mesma pessoa, que se orgulha de ter pregado na parede de sua sala um quadro com as fotos de todos os guerrilheiros, com a afirmação de que a imagem de seus heróis só sairá de lá quando ele morrer. O fazer cotidiano e a simbolização desse fazer são presentes, o que permite a esse personagem reverberar dinamicidade e expor suas entranhas de dor, sem medo de se afundar nela. Simboliza a dor e oferece sentido a ela e à vida.

Outros dois exemplos de elaboração psíquica podem ser notados em D. Olga, que descreve a possibilidade de se reerguer emocionalmente quando volta a trabalhar em prol do social e das pessoas. Até chegar a esse ponto, ela passou por grandes tristezas, alcoolismo e, por fim, por uma redenção pessoal que se alinha à mesma capacidade humana de lutar pelo coletivo: “... a gente ia trabalhar o problema do trabalho escravo... aí naquela hora eu vi uma luzinha no final do túnel... né? eu digo... ‘eu vou voltar de novo a lutar por uma coisa que eu acho que é justa...’” (D. Olga).

Pedro, filho de D. Olga, não vivenciou diretamente violências físicas, mas foi testemunha de uma vida sem pai, de uma mãe perseguida e constantemente acusada, implicando-se na tentativa de compreender a história de sua família, que é sua própria história. Faz isso por meio dos estudos e na tentativa de responder e compreender a complexidade de eventos pelos quais sua família passou: a Guerrilha do Araguaia, a Revolta dos Perdidos, o assassinato do pai, a perseguição política da mãe etc.:

da voz dele... nunca tinha ouvido a voz dele... uma vizinha grossa bem... eu consegui o CD... com a voz dele... vou até transcrever isso... quando eu tiver... ele falando/ ele falava bem... muito assim... (Pedro).

... eu consegui muita foto dele com a dissertação lá... em Conceição... em Brasília... muita foto dele... assim vivo

ainda... foi muito interessante... só que eu ia falar dele né... não consegue (Pedro).

Pedro conseguiu documentos e material audiovisual sobre seu pai e sua mãe, além de inúmeros outros documentos e materiais. Assim, revela uma grande angústia diante de tanto saber a ser produzir e ao enquadramento que a ciência e o mestrado exigem. Trata-se de um trabalho difícil e árduo, pois é uma vida para organizar e elaborar: “... é muito ruim quando tu tem muita coisa... porque tu acha que tudo que tu tá fazendo é pouco...” (Pedro).

A forma como o evento extraordinário afeta uma sociedade e sua capacidade individual e coletiva de superação revela sobre as características de uma Comunidade de Reparação. Quanto mais as dores são elaboradas, narradas e coletivamente partilhadas, mais saudável se torna essa comunidade; por outro lado, quanto menos se puder dizer e fazer sobre o ocorrido, mais os ressentimentos se expõem e se revelam no cotidiano. O binômio reparação-ressentimento é permanente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: DOS NÍVEIS DE ELABORAÇÃO DO SOFRIMENTO À CONSTITUIÇÃO DA COMUNIDADE DE REPARAÇÃO

Comunidade de Reparação constitui-se, portanto, por trazer na individualidade de cada família, de forma direta ou indireta, memórias que se conectam

ao coletivo e às marcas do trauma, reatualizadas na linha subjetiva de um tempo. Uma característica marcante é a demonstração das dores e da (in) capacidade de colocá-la no curso da linguagem, mantendo-as no limite do imaginário e provocando efeitos em função de sua falta de simbolização. Além disso, uma Comunidade de Reparação se faz pela retomada do cotidiano, após eventos extraordinários que mudaram a vida das pessoas de forma drástica, mas continuaram na vida cotidiana sua forma de resistência. Apesar da impossibilidade de uma reparação psicológica e social completa, aqui o termo é utilizado como maneira de descrever uma comunidade que faz da reparação sua luta cotidiana.

Os níveis de violência se estendem também ao período pós-evento extraordinário, manifestando-se no abandono que se estabelece de uma comunidade devastada pela marcante presença do exército, pelas cenas de violência e ameaças e pelo silenciamento das vítimas, impedidas de se manifestar sobre os acontecimentos. Segundo Kehl (2010), o ressentido é aquele que se viu como cúmplice passivo de quem o agrediu, mas é também aquele que não cessa de lutar por seus direitos em busca de reparação.

Comunidade de Reparação se constitui a partir dos não-ditos, das lacunas, dos hiatos, mas também das narrativas, dos testemunhos, dos depoimentos, além da culpa de ter sobrevivido ao que os demais não escaparam. Assim, a reparação se dá por

meio de uma constelação afetiva diante da relação ambivalente com os poderes brasileiros, que teriam a obrigação de defender interesses coletivos. Quanto mais elaboração sobre a dor, mais fácil é escapar da posição passiva e defensiva de vítima e lograr o espaço da luta. Dessa forma, podemos dizer que os personagens vítimas de severas violências podem oscilar entre a passividade e a atividade, num movimento de afetos que repercute no social e que talvez possa explicar a intensidade das lutas camponesas na região ao longo das décadas. Kehl (2010) diz que alternamos “revolta passiva” com “vingança adiada”, em função da anistia irrestrita, da impossibilidade de reconhecimento das atrocidades e da não possibilidade de velar os mortos.

O ressentimento só é passível de modificação por meio da reparação das injustiças sociais. Assumir os crimes cometidos nos diversos momentos da história do Brasil é a única forma de reverter a autorização da violência que se estabeleceu no imaginário a partir do “esquecimento” da tortura e das violações da alma. Kehl (2010: 132) explicita: “a tortura resiste como sintoma social de nossa displicência histórica”. A passagem do ressentimento para a reparação e a aquisição de um fluxo para uma vida “normal” dependente de diversas frentes que se unem na produção de novos sentidos para a experiência vivida. Com base em Das, Fassin (citado por Weintraub & Vasconcelos,

2013), são expostas diversas formas possíveis de lidar com o sofrimento coletivo: via justiça por meio de tribunais, via comissão de verdade e comissão de reconciliação e justiça, pela via cultural, em museus e exposições, pela lógica da sociabilidade a partir de grupos organizados ou pela patologização e medicalização da vida individual.

Entendemos que a última via (a da patologização) retira a responsabilidade do estado e culpabiliza aqueles que já sofrem em função das múltiplas violências estabelecidas ao longo do tempo. Sendo assim, a comunidade da reparação necessita de ações estratégicas para retomar o curso de suas vidas de forma justa.

REFERÊNCIAS

Agamben, G. 2004. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I* (H. Burigo, Trad.). Belo Horizonte: Ed. UFMG.

Agamben, G. 2008. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha*. São Paulo: Boitempo.

Bardin, L. 2011. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.

Campos Filho, R. P. 2013. Araguaia: depois da guerrilha uma outra guerra. A luta pela terra no sul do Pará, impregnada pela ideologia da segurança nacional (1975-2000). Tese de Doutorado, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

Carvalho, J. E. C. 2008. Violência e sofrimento social: a resistência feminina na obra de Veena Das. *Saúde e Sociedade*. 17(3): 9-18. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902008000300003>

Das, V. 1996. *Critical events: an anthropological perspective on contemporary India*. New Delhi: Oxford University Press.

Das, V. 1999. Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: alguns temas Wittgensteinianos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. 14(40): 31-42. <https://doi.org/10.1590/S0102-69091999000200003>

Das, V. 2004. *Anthropology in the margins of the state* (Advanced Seminar Series). Santa Fe: School of American Research Press.

Das, V. 2007a. Violência e tradução. *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*. 18: 623-636.

Das, V. 2007b. *Life and words: violence and the descent into the ordinary*. Berkeley: University of California Press.

Das, V. 2011. O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. *Cadernos Pagu – Dossiê Violências: outros olhares*. (37): 9-41. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332011000200002>

Das, V. 2016. *Violencia, cuerpo y lenguaje*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica.

Das, V. 2017. A corrupção e a possibilidade da vida. *Revista Pós Ciências Sociais*. 14(27): 131-148. <https://doi.org/10.18764/2236-9473.v14n27p131-148>

Fernandes, A.; Ferreira, M. T. 2015. Dimensões políticas do sensível (notas preliminares). *Reunião Equatorial de Antropologia e Reunião de Antropologia do Norte Nordeste – REA, ABANNE*, 19 a 22 de julho. http://www.evento.ufal.br/anaisreaabanne/gt10_e.php

Foucault, M. 1984. *Vigiar e punir*. Rio de Janeiro: Vozes.

Foucault, M. 2000. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.

Guimarães, P. F. 2014. Outras formas de enfrentar a ameaça comunista: os programas assistenciais como estratégia de combate à guerra revolucionária (1964-1974). Tese de Doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Han, B. 2017. *Topologia da violência*. Petrópolis: Vozes.

Han, B. 2018. *Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder*. Belo Horizonte: Áyiné.

Kehl, M. R. 2010. Tortura e sintoma social, in *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. Editado por Teles, E; Safatle, V. São Paulo: Boitempo.

Kehl, M. R. 2014. Gozo em estado de exceção: corpos torturados e pessoas desaparecidas. *Comissão Nacional da Verdade*. http://www.cnv.gov.br/images/pdf/mkt_evento_sobre_ditadura_sedes_2014.pdf.

Kleinman, A.; Das, V. e Lock, M. (Org.). 1997. *Social suffering*. Berkeley: University of California Press.

Mechi, P. S. 2012. Os protagonistas do Araguaia: trajetórias, representações e práticas de camponeses, militantes e militares na guerrilha (1972-1974). Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo.

Misse, M.; Werneck, A.; Birman, P.; Pereira, P. P.; Feltran, G. e Malvasi, P. 2012. Entre palavras e vidas: Um pensamento de encontro com margens, violências e sofrimentos – Entrevista com Veena Das. *Dilemas – Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*. 5(2): 335-356. <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7331>

Peixoto, R. C. D. 2011. Memória social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois. *Boletim do Museu Paranaense Emílio Goeldi*. 6(3): 479-499. <https://doi.org/10.1590/S1981-81222011000300002>

Nossa, L. 2012. *Mata! O Major Curió e as guerrilhas no Araguaia*. São Paulo: Companhia das Letras.

Pereira, P. P. G. 2010. Violência, gênero e cotidiano: o trabalho de Veena Das. *Cadernos Pagu*. (35): 357-369. <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n35/n35a12.pdf>. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332010000200012>

Preti, D. 1999. *O discurso oral culto*. São Paulo: Humanitas.

Rosa, M. D. 2016. *A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento*. São Paulo: Escuta.

Safatle, V. 2018. *Introdução a Jacques Lacan*. Belo Horizonte: Autêntica.

União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo. 2009. *Proclamação da Unidade pela Liberdade e pelos Direitos do Povo – ULDP (1972)*. São Paulo: Fundação Maurício Grabois. http://www.cnv.gov.br/images/documentos/Capitulo14/Nota%2014,%2015%20-%2000092_000142_2015_80.pdf

Vinuto, J. 2014. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas*. 22(44): 203-220. <https://doi.org/10.20396/tematicas.v22i44.10977>

Weintraub, A. C. A.; Vasconcellos, M. P. C. 2013. Contribuições do pensamento de Didier Fassin para uma análise crítica das políticas de saúde dirigidas às populações vulneráveis. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. 20(3): 1041-1055. <https://doi.org/10.1590/S0104-597020130003000016>